



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000356-36.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Habilitação - Obrigações**  
 Requerente: **Eurico Tangerino**  
 Requerido: **Departamento Estadual de Transito SP - DETRAN SP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**EURICO TANGERINO** propõe a presente ação com pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra o **DETRAN/SP, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo**, objetivando a renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação. Alega que foi notificado da decisão proferida no processo administrativo nº 0002128-3/2016, que resultou na suspensão do seu direito de dirigir por dois meses e argumenta que apenas foi multado pelo fato de ser usuário de marcapasso e não poder usar cinto de segurança.

Foi indeferida a tutela provisória de urgência (fls. 19/20).

O requerido apresentou contestação (fls. 35/44). Alega, preliminarmente, competência absoluta dos juizados especiais e ilegitimidade passiva. No mérito, pugnou pela improcedência do pedido.

Réplica às fls.47/48.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade da colheita de provas em audiência.

A presente causa insere-se entre aquelas de competência do JEFAZ, cuja competência é absoluta. O argumento sequer foi refutado pelo autor em réplica.

Como a referida competência está afeta a esta mesma vara da fazenda, por

**1000356-36.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

economia processual desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

Neste sentido:

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPETÊNCIA. VARA ÚNICA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.** Embora os autos tenham tramitado pelo rito comum, não se vislumbra razão para redistribuição da ação de medicamento ao Juizado Especial, quando o juiz sentenciante é o mesmo que irá proferir a sentença no rito sumaríssimo. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.** Exclusão, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95. Recurso parcialmente provido. (0000496-20.2014.8.26.0493. Apelação. Relator(a): Moacir Peres; Comarca: Regente Feijó; Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 18/05/2015; Data de registro: 20/05/2015).

Assim, doravante, o feito será processado observando-se o rito previsto na Lei 12.153/09. Encaminhem-se os autos ao Distribuidor para as retificações necessárias.

Por outro lado, não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade do requerido, pois o que o autor pretende é a declaração de nulidade do procedimento administrativo de suspensão do direito de dirigir, cuja instauração e julgamento são atribuições do DETRAN/SP.

No mérito, o pedido é improcedente.

Os arts. 65 e 167, do Código de Trânsito Brasileiro, estabelecem a obrigatoriedade da utilização do cinto de segurança aos ocupantes do veículo, tipificando como infração grave o descumprimento da obrigação:

*Art. 65. É obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiro sem todas as vias do território nacional, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN.*

*Art. 167. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, conforme previsto no art. 65:*

*Infração - grave;*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Penalidade - multa;

*Medida administrativa - retenção do veículo até colocação do cinto pelo infrator.*

Ao que se infere da leitura dos dispositivos, a não utilização do cinto de segurança é conduta autônoma, aferível independentemente de qualquer outra condição, que sujeita o infrator à penalidade de multa.

Inquestionável, ainda, que o cinto de segurança é equipamento indispensável a manter a integridade física dos motoristas e passageiros. Estudos mostram que o uso de cinto de segurança é o meio mais eficaz de que se dispõe para reduzir o risco de ferimentos graves e mortes em acidentes de automóvel, devendo o condutor, para a sua própria proteção e dos demais ocupantes do veículo sempre utilizá-lo, na esteira do que já se consignou a respeito, quando do exame do pedido liminar (pp. 19/20), ao qual se reporta.

Assim, se o autor possui alguma recomendação médica para não fazer uso do cinto de segurança, então não pode dirigir.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil

Sem condenação do autor nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

**Redistribua-se ao JEFAZ.**

**P.I.**

São Carlos, 20 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**